

## Rebaixamento

(Não Assinado)

Foi emblemático que, um dia após um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentar ao país a neoclasse média, aquela de renda residencial de R\$ 1 mil, o Ministério da Educação informar o país que apenas 1,5% das universidades brasileiras é digna da nota máxima na avaliação do Conceito Preliminar do Curso (CPC). Pelo mesmo critério, o MEC reprovou 508 cursos privados, que também representaram 87% das desaprovadas. Só aparentemente isoladas, as duas informações se complementam para configurar o novo retrato das ambições de um país sem projeto nacional.

Por um lado, a venerável FGV permite que sua grife sirva de plataforma para um exotismo sociológico: uma família com cinco pessoas, na qual um dos cônjuges ganhe dois salários mínimos e o outro, desempregado, faça bicos de meio salário mínimo, seja elevada ao patamar de classe média. Esse, porém, não é o único rebaixamento dos objetivos nacionais. Ao reprovar um elevado número de universidades privadas de ensino, o MEC coloca em xeque outro símbolo dessa política de desenvolvimento de segunda linha: o ProUni.

Um dos outdoors da publicidade oficial, esse programa demanda nota de corte de apenas 4,5 para conceder bolsas pagas com dinheiro público em estabelecimentos, que, em tese, deveriam ser universidades. Mesmo com tão exígua exigência, os alunos bolsistas têm desempenho superior aos demais, por razão, tão simples razão, quanto trágica: destes não se exige qualquer nota mínima de ingresso, a não ser, por óbvio, aquelas com que se paga as mensalidades.

Tudo somado, tem-se um Brasil, que, da desambição da sua elite por interesses que não apenas alguns mais imediatos, necessita rebatizar fenômenos, que, até passado recente, provocavam mais constrangimento do que euforia.